

A RELEVÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ANÁLISE DO RENDIMENTO SALARIAL DE PROFISSIONAIS NA REGIÃO SUDESTEBRUNA LEÃO DE ABREU SILVA¹
ANDRÉ MARCELO PANHAN²**RESUMO**

O ensino superior no Brasil passou por diversas mudanças no decorrer do tempo desde quando chegou em 1808. Com o passar dos anos, as vertentes tecnológicas ganharam importância e, a quantidade de dados disponibilizados pela Internet possibilitou o acesso rápido e fácil aos conteúdos de informações que anteriormente seriam aprendidas apenas em sala de aula. Perante esta realidade, este estudo visa alçar a reflexão se efetivamente o ensino terciário no Brasil, especificamente na região sudeste corrobora na agregação científica do indivíduo empregado e, conseqüentemente se esta contribui para a ampliação de seu rendimento salarial. Por meio de fontes de pesquisa, constatou-se um número elevado na disponibilização de cursos em instituições privadas se equiparado à pouca demanda de egressos, diferentemente dos cursos públicos, os quais possuem um cenário harmônico na prospecção de alunos, denotando um plausível interesse social no aprendizado superior, porém com escassez ao averiguar sua procura no âmbito privativo. Diante de dados obtidos pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi possível identificar o precário rendimento salarial mensal do empregado não graduado sendo eles majoritários se comparados aos que possuem o diploma superior, ao ponto que é razoável inferir a relevância presente do ensino superior para aprimorar o rendimento salarial do profissional, bem como contribuir na carência de mão de obra qualificada às organizações.

Palavras-Chave: ensino superior; rendimento salarial; organizações

THE RELEVANCE OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: ANALYSIS OF SALARY INCOME OF PROFESSIONALS IN THE SOUTHEAST REGION

ABSTRACT

Higher education in Brazil has undergone a number of changes over time since it arrived in 1808. Over the years, technology has gained importance, and the amount of data made available over the Internet has made it possible to quickly and easily access information content. Previously, they just learned in the classroom. Given this reality, this study aims to raise the reflection on whether tertiary education in Brazil, specifically in the Southeast, corroborates the scientific aggregation of the employed and, consequently, if it contributes to the expansion of their salary income. Through research sources, it was found a high number of courses available in private institutions compared to the low demand of graduates, unlike the public courses, which have a harmonious scenario in the prospecting of students, denoting a plausible social interest in the study. Higher learning, but with scarcity in verifying its demand in the private sphere. The study made by the IBGE - Brazilian Institute of Geography and Statistics, it was possible to identify the precarious monthly salary income of the non-graduated employee. They are the majority compared to those who have a higher degree, and, at this point, that it is reasonable to infer the present relevance of higher education to improve the salary income for the professional, as well as contribute to the lack of qualified labor for organizations.

Keywords: higher education; salary income; organizations

1. INTRODUÇÃO

A realização do trabalho não é mais um conceito manual e mecânico ainda que frente ao cenário de empresas com atividades maquinais, mas numa conduta realizada por meio do conhecimento que o profissional possui, seja na área de marketing, finanças e até recursos humanos. Ele ressalta que o trabalho do conhecimento deve ser executado por equipes multifuncionais, consultores ou profissionais independentes (VIEIRA, 2012).

Para tanto, o aprimoramento laboral pode quiçá ser alcançado por meio da realização do ensino superior, que visa disponibilizar conteúdo de aprendizagem com diferentes graus de abrangência ou especialização em redes públicas ou privadas para candidatos aprovados em processo seletivo e com ensino médio ou equivalente atingido (CAVALCANTE, 2010).

Dentro da esfera educacional, pode-se refletir no impacto do ensino superior frente ao cenário nacional, analisando os quesitos de oferta e demanda da disponibilização dos cursos terciários – público ou privado, quantificar a mão de obra de profissionais graduados e não graduados e inferir na sua qualificação mediante seu rendimento salarial. Deste modo, esta pesquisa exalta a reflexão da plausível corroboração da educação terciária no âmbito salarial por meio da análise de resultados dos dados extraídos pelo IBGE com o intuito de verificar se os profissionais graduados possuem maiores salários quando comparado aos empregados sem graduação.

A educação terciária possivelmente trata-se de um fator preponderante para o auxílio da potencialização da economia nacional, uma vez que profissionais qualificados podem produzir em abundância e ainda possibilitar a garantia da qualidade de produtos e serviços ofertados para importação ou exportação, conforme Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), artigo 43, item II que enfatiza o objetivo do nível superior para “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua”.

Esta qualificação afeta positivamente a oferta ao empregado na obtenção de um aumento substancial no salário, o qual contribui para seu poder de compra e também para a diminuição da população nas classes sociais mais baixas. Conforme

Canzian (2019), 64% das famílias brasileiras recebem até R\$ 2.994 por mês, sendo 22% com renda entre R\$ 1.997 até R\$ 2.994 e 42% com renda até R\$ 1.996. Um estudo realizado pela OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2017) afirma que um brasileiro graduado ganha 2,4 vezes a mais do que os possuintes apenas do ensino médio. A pesquisa ressalta os benefícios deste aumento salarial atrelados a um possível risco de agravamento na desigualdade nacional, caso os grupos menos favorecidos não tenham acesso à educação terciária.

Em 2017, o Censo da Educação Superior do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017) informa que do total de vagas ofertadas para ensino superior 73,3% corresponde às vagas novas e 26,6% são remanescentes. As novas vagas disponibilizadas em redes privadas representam cerca de 92%, com apenas 32,1% das vagas preenchidas, enquanto as instituições públicas possuem apenas 8%, mas com 82,5% das novas vagas ocupadas. Ainda que no contexto público observa-se a maior parte das vagas devidamente utilizadas, no cenário geral apenas 36,3% da disponibilidade de vagas são aproveitadas. Neste panorama, pode-se refletir que a educação terciária quanto ao direito social “está sendo transformada - cada vez mais - em serviço privado e a universidade pública se depara com implicações que fragilizam a formação com reflexão crítica, passando paulatinamente a ser operacional, produtiva e flexível[...]” (AGAPITO, 2016, p. 130).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Historicamente, Cavalcante (2010) ressalta que o ensino terciário iniciou-se com a chegada de Portugal ao Brasil em 1808. Ainda que diante de situações de crise extrema e dentro de um período do regime militar entre os anos de 1960 a 1974, houve um aumento de 286% de instituições de ensino terciário, 1059% na quantidade de alunos egressos e 176% na disponibilização de cursos.

Examinando a possível influência de Portugal frente ao ensino nacional, Figueiredo *et al* (2017) ressalta que no contexto português o atraso na educação era alarmante frente aos países análogos, e mediante o esforço de reverter essa situação constatou-se um avanço na escolaridade da população. No ano 2000 uma em cada quinze pessoas eram graduadas, em 2010 esse valor caiu para um décimo e essa relação baixou para um quinto em 2017.

Entretanto, dados recentes revelam o Brasil aquém de um significativo aumento de profissionais graduados. Uma pesquisa realizada pela OECD (2017) indica um

ligeiro avanço na realização de cursos de nível superior com 15% de brasileiros entre 25 e 64 anos com diploma superior. Mesmo diante deste mínimo progresso, o cenário nacional é alarmante, o qual indica o Brasil atrás de todos os países pertencentes à OECD, incluindo os países da América Latina, como Costa Rica com 23% de pessoas com nível superior, Chile e Colômbia com 22%, Argentina com 21% e México com 17%. No ano de 2015, a análise reitera o impacto de indivíduos com diploma terciário na melhoria da empregabilidade, o qual indica o desemprego para graduados 40% menor quando comparado àquelas possuintes apenas do ensino médio.

McCowan (2018) reflete o estado atual das ofertas de cursos superiores como longínquas da real necessidade da sociedade, retratando o despreparo das instituições terciárias em contribuir, facilitar e preparar o graduando para o mercado de trabalho. Por outro lado, Figueiredo *et al* (2017) retrata o diplomado superior altamente qualificado e ressalta uma remuneração inadequada pela escassez do uso completo do potencial adquirido pelo ensino, alegando ser este o motivador para a escassez da procura na qualificação superior.

Neste contexto, ao analisar pesquisas recentes em demais países, é possível observar um cenário semelhante frente ao retratado por McCowan. Barber *et al* (2013) relata em seu estudo que o Comitê de Singapura – Caminhos Universitários recomendou a criação de três mil novas universidades mas com abordagens diferentes das tradicionais, focando em disponibilizar um conteúdo prático mais próximo da economia, com o intuito de gerar estudantes mais preparados para aplicabilidade da teoria na vida profissional real.

Pieri (2018) reitera a pesquisa realizada pela OECD ao retratar 5,2% de pessoas desempregadas com nível terciário frente à 10,5% na população geral e complementa o aumento salarial de 230% em relação aos estudantes que possuem apenas o ensino médio. Não é possível afirmar o quão necessário é uma reestruturação na disponibilização de cursos em instituições públicas e privadas no Brasil na preparação do estudante para o mercado de trabalho, contudo, pode-se notar a relevância do ensino superior na diminuição do desemprego adjunto de uma oferta salarial maior quando comparados aos não graduados.

3. MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa aplicada tem caráter bibliográfico e exploratório com uso da análise de dados quantitativos com o intuito de obter dados sobre profissionais assalariados no quesito de nível superior. Conforme Cervo (2007) o conhecimento científico visa compreender não apenas o objeto e fato em si, mas também suas causas e leis. Este pode ser definido como o desenvolvimento de:

Uma linha de pensamento que se propõe a encontrar um conhecimento embasado em maiores garantias, na procura do real. Não se buscam mais causas absolutas ou a natureza íntima das coisas; ao contrário, procuram-se compreender as relações entre elas, assim como a explicação dos acontecimentos, pela observação científica, aliada ao raciocínio. (RAMPAZZO, 2005, p. 29)

O método abordado foi o científico o qual permitiu observar, comparar, analisar e sintetizar os dados com intuito investigativo de conhecer a veracidade dos fatos. De um modo geral, o método é o procedimento sistemático e a técnica é a aplicação do planejamento deste método com o descritivo de sua execução (CERVO, 2007).

No âmbito prático, foi utilizada a técnica comparativa que se caracteriza por ser “aplicável sempre que houver dois ou mais termos com as mesmas propriedades gerais ou características particulares” (CERVO, 2007, p. 32), focada em sobressair as discrepâncias dos resultados adquiridos. Foi utilizada também a técnica de análise que objetiva decompor o todo na maior quantidade de partes menores possível e a síntese une a análise das menores partes afim de reconstituir o todo.

O fundamento analítico da base utilizada no presente estudo é denominado CEMPRE - Cadastro Central de Empresas e trata-se de um acervo de dados das empresas e outras organizações formais existentes no Brasil com informações econômicas e cadastrais nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços e de registros administrativos do Ministério do Trabalho e Previdência Social. O estudo divulgado pelo IBGE por meio de planilhas mostra os avanços das empresas entre os anos de 2006 a 2016, tanto para qualificar como para quantificar as empresas participantes.

As planilhas possuem diferentes tipos de tabelas, de modo que foi usada como base desta pesquisa a tabela nomeada “Empresas e outras organizações, pessoal ocupado total e assalariado em 31.12, pessoal assalariado médio, salários e outras remunerações e salário médio mensal, por sexo e escolaridade, segundo as faixas de

peçoal ocupado total e as seções da classificação de atividades”, diferindo o uso das mesmas pelas regiões do Brasil (Sul, Sudeste, Norte, Nordeste, Centro Oeste e Brasil). Destaca-se como atributo de uso deste estudo os itens:

- Seções de Classificações de Atividades
- Número de Empresas e Outras Organizações e Unidades Locais
- Pessoal Ocupado Assalariado Total
- Pessoal Ocupado Assalariado Com Nível Superior
- Pessoal Ocupado Assalariado Sem Nível Superior
- Salário Médio Mensal Com Nível Superior
- Salário Médio Mensal Sem Nível Superior

A análise estatística contribuiu na verificação minuciosa para adquirir dados relevantes ao presente estudo, o qual, dentro do acervo disponibilizado pelo IBGE foi utilizado os dados do ano disponível mais recente, no caso, 2016 e as seções da classificação de atividades com valores mais significativos, aos quais, destacaram-se os itens conforme as tabelas estatísticas a seguir.

A figura 1 exibe os dados em escala nacional de empregados assalariados para avaliar os índices distinguíveis de indivíduos com superior e sem superior separado por região (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro Oeste) e classificados pelas dez seções de atividades como base para esta pesquisa por exibir o número mais relevante para apuramento dos dados, sendo elas:

- Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura
- Indústrias de transformação
- Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas
- Informação e comunicação
- Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados
- Atividades profissionais, científicas e técnicas
- Atividades administrativas e serviços complementares
- Administração pública, defesa e seguridade social
- Educação
- Saúde humana e serviços sociais

Figura 1 - Pessoal Ocupado Assalariado no Brasil

Seções de Classificação de Atividades	Pessoal Ocupado Assalariado									
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro Oeste	
	Com Superior	Sem Superior	Com Superior	Sem Superior	Com Superior	Sem Superior	Com Superior	Sem Superior	Com Superior	Sem Superior
A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca	817	21556	3161	107285	10337	170301	3389	68076	3688	49980
C Indústrias de transformação	21991	216055	48808	846432	645325	3279456	157683	1802234	20880	307217
G Comércio; reparação de veículos automotores e	21152	428824	70564	1361931	368079	4232053	107171	1557261	41432	659404
J Informação e comunicação	4283	13305	17835	49192	308978	303357	47752	85912	32522	40851
K Atividades financeiras, de seguros e serviços re	6556	9585	15917	37303	344837	221228	51397	49884	187294	69475
M Atividades profissionais, científicas e técnicas	7745	22520	27629	85540	188228	356680	43743	105165	24063	52482
N Atividades administrativas e serviços compleme	4845	135144	33258	630492	200966	2293579	27676	536327	20548	309011
O Administração pública, defesa e seguridade soc	284569	459551	788603	1260106	1297262	1596578	435182	485733	388073	574212
P Educação	143768	84218	388354	247741	802181	515044	344831	186906	188267	104165
Q Saúde humana e serviços sociais	53797	112161	109306	317585	338800	891303	76596	231910	67725	139868
Total	549523	1502919	1503435	4943607	4504993	13859579	1295420	5109408	974492	2306665

Fonte: Autora adaptado de IBGE

Especificamente na região Sudeste, conforme a Figura 2 é possível verificar as dez seções de classificação de atividades indicadas previamente adjunto de dados comparativos de profissionais com e sem nível superior e seu correspondente total nos quesitos de pessoal ocupado assalariado e salário médio mensal.

Figura 2 - Pessoal Ocupado e Salário Médio por seção de atividade (Sudeste, 2016)

Seções da classificação de atividades	Pessoal ocupado assalariado - Total	Pessoal ocupado assalariado - Com Nível Superior	Pessoal ocupado assalariado - Sem Nível Superior	Salário médio mensal (R\$) - Total	Salário médio mensal (R\$) - Com Nível Superior	Salário médio mensal (R\$) - Sem Nível Superior
A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	180638	10337	170301	R\$ 1.980,97	R\$ 6.638,11	R\$ 1.734,45
C Indústrias de transformação	3924781	645325	3279456	R\$ 3.355,40	R\$ 8.420,06	R\$ 2.372,65
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	4600132	368079	4232053	R\$ 1.933,79	R\$ 5.695,04	R\$ 1.610,23
J Informação e comunicação	612335	308978	303357	R\$ 4.974,23	R\$ 7.452,60	R\$ 2.430,86
K Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	566065	344837	221228	R\$ 5.715,55	R\$ 7.664,35	R\$ 2.696,74
M Atividades profissionais, científicas e técnicas	544908	188228	356680	R\$ 3.562,03	R\$ 6.413,62	R\$ 2.097,41
N Atividades administrativas e serviços complementares	2494545	200966	2293579	R\$ 1.774,17	R\$ 4.169,20	R\$ 1.576,86
O Administração pública, defesa e seguridade social	2893840	1297262	1596578	R\$ 3.684,26	R\$ 5.069,78	R\$ 2.567,05
P Educação	1317225	802181	515044	R\$ 3.184,77	R\$ 4.183,35	R\$ 1.702,41
Q Saúde humana e serviços sociais	1230103	338800	891303	R\$ 2.578,60	R\$ 4.839,85	R\$ 1.715,27

Fonte: Autora adaptado de IBGE

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados da pesquisa extraídos foram divididos inicialmente em vias de analisar o cenário nacional com o intuito de identificar qual a região de maior contribuição quantitativa para prosseguir com as demais análises. As divisões estão nas seguintes seções: Pessoal Ocupado Assalariado no Brasil, Pessoal Ocupado Assalariado no Sudeste e Salário Médio Mensal no Sudeste.

4.1 Pessoal ocupado assalariado no Brasil

Para as análises deste tópico foram levantados os valores consolidados por região no território nacional dos profissionais com ensino superior e sem ensino superior no ano de 2016 apresentando os valores em formato de mapa afim de ilustrar a proximidade de cada região analisada.

A figura 3 ilustra a relação quantitativa das regiões brasileiras com relação ao profissional assalariado sem ensino superior. Abaixo é possível identificar na cor vermelha e na circunferência de maior diâmetro a região com o valor mais expressivo no quesito da quantidade de profissionais assalariados sem nível superior, sendo neste caso a região Sudeste. Na cor amarela e círculos medianos verifica-se as regiões com valores médios, sendo Sul e Nordeste. Centro Oeste e Norte são as regiões com valores menos expressivos no quesito de empregados sem nível superior, representados por círculos menores na cor azul.

Figura 3 - Pessoal Ocupado Assalariado sem Nível Superior por Região no Brasil – 2016



Fonte: Autora

Deste modo, o Sudeste mostrou uma quantidade duas vezes maior para profissionais ocupados sem nível superior quando comparado com Nordeste e Sul.

A figura 4 ilustra a relação quantitativa das regiões brasileiras com relação ao profissional assalariado com ensino superior.

Figura 4 - Pessoal Ocupado Assalariado com Nível Superior por Região no Brasil – 2016



Fonte: Autora

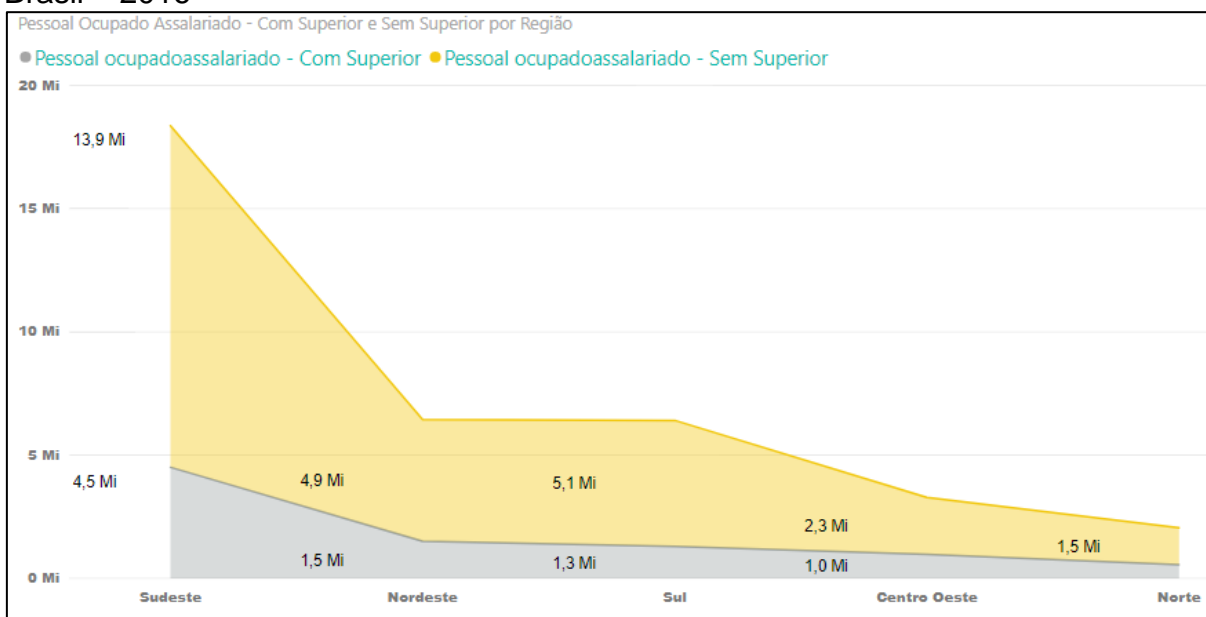
Acima pode-se constatar a predominância novamente da região Sudeste assim como na figura 3, porém neste caso, relacionado à quantidade de profissionais com ensino superior. As demais regiões permanecem também na mesma ordem de grandeza, sendo na cor amarela as regiões medianas: Sul e Nordeste e na região Centro Oeste e Norte as regiões com valores menos expressivos.

Segundo os dados observados, na região Sudeste há três milhões de pessoas com nível superior a mais do que na região Nordeste, contudo para o índice sem ensino superior, a região Sul apresenta a diferença de valores com o Sudeste com quase 8,8 milhões de empregados a menos.

A figura 5 apresenta a quantidade dos profissionais ocupados com e sem nível superior separados por região. É possível identificar claramente a região Sudeste com maior destaque de amostragem, seja com ou sem nível superior. Para tanto, o

Sudeste será a região central do remanescente da pesquisa afim de detalhar a análise de perfil dos profissionais e os possíveis impactos da falta de um ensino superior no quesito salarial contendo o valor de 13,9 mil empregados ocupados com ensino superior e 4,5 mil sem superior.

Figura 5 - Pessoal Ocupado Assalariado com e sem Nível Superior por Região no Brasil – 2016

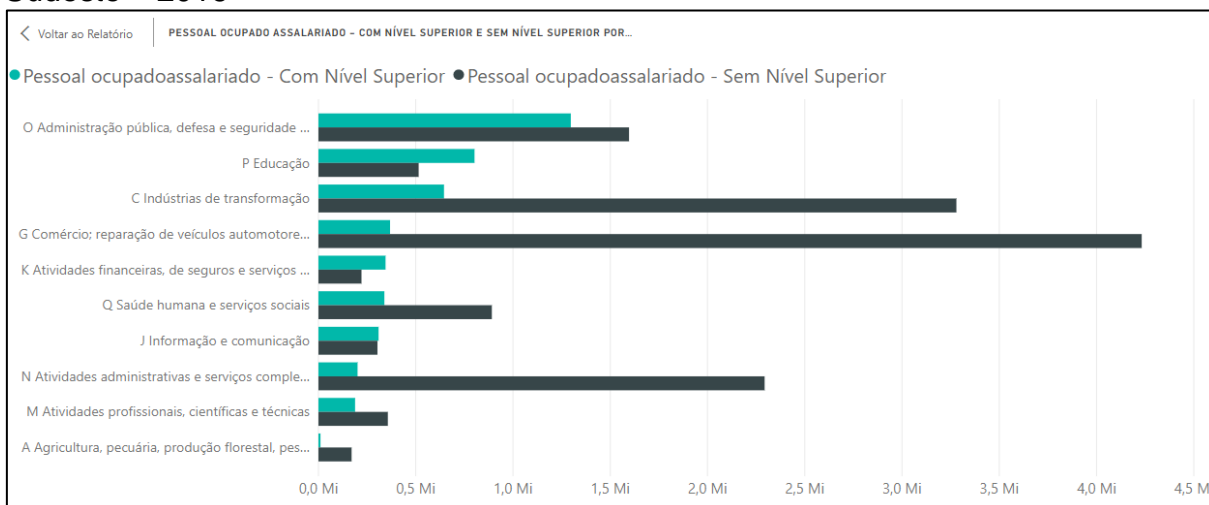


Fonte: Autora

4.2 Pessoal ocupado assalariado no sudeste

A figura 6 ilustra o montante dos empregados assalariados no Sudeste no ano de 2016 separados pelas seções de classificação de atividades das empresas pesquisadas pelo estudo do IBGE.

Figura 6 - Pessoal Ocupado Assalariado com e sem superior por Atividades no Sudeste – 2016



Fonte: Autora adaptado de IBGE

Nesta figura é possível verificar que a quantidade de empregados sem superior em todas as classificações de atividades é maior do que a quantidade de empregados com nível superior, com exceção dos itens de Educação, Atividades Financeiras e Informação e Comunicação.

Considerando as áreas de atuação citadas acima, ao analisar a figura é constatado que o ramo de Educação possui a maior quantidade de empregados com Ensino Superior, enquanto Informação e Comunicação e Atividades Financeiras possui o menor valor. Enquanto empregados com e sem nível superior é de respectivamente 61% e 39% para Educação e Atividades Financeiras, o índice para Informação e Comunicação é 51% com ensino superior e 49% sem nenhum tipo de titulação de nível superior.

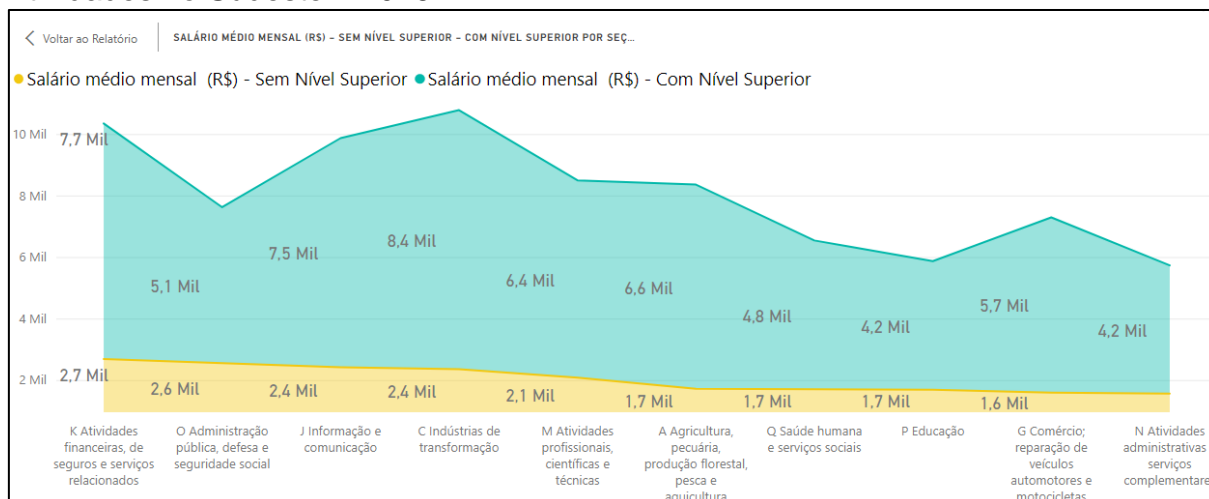
No cenário de maior quantidade de profissionais sem nível superior, destacam as áreas de Indústria com 84%, Comércio e Atividades Administrativas ambos com 92% de empregados sem nível de graduação realizado.

4.3 Salário médio mensal no sudeste

A figura abaixo ilustra a relação do salário médio mensal dos funcionários com e sem ensino superior no ano de 2016 separados pela classificação de atividades das empresas pesquisadas pelo IBGE. No âmbito geral, nota-se que em todas as seções

de classificações de atividades os profissionais sem ensino superior recebem menos até dois mil e setecentos reais por mês, em contraponto, os que possuem o nível terciário apresentam rendimento salarial mensal acima de quatro mil reais.

Figura 7 – Salário Médio Mensal dos empregados com e sem Superior pelas Atividades no Sudeste – 2016



Fonte: Autora adaptado de IBGE

Na figura 7 é possível observar que em todas as seções da classificação de atividades, os empregados com maiores salários possuem ensino superior, enquanto àqueles que não o possuem ganham menos. Os valores médios salariais com maior destaque são das áreas de Indústrias (8.3 mil), Atividades Financeiras (7.7 mil), Informação e Comunicação (7.5 mil), Agricultura (6.6 mil) e Atividades Científicas (6.4 mil).

A figura 8 exibe os ramos das empresas com os maiores índices de valorização salarial para funcionários com ensino superior, que são respectivamente Agricultura com crescimento salarial de 58,57%, Indústrias com 56,03%, Comércio cresceu 55,92%, Informação e Comunicação valorizou-se em 50,81% e Atividades Científicas com 50,71%.

Figura 8 - Salário Médio Mensal Com e Sem Nível Superior

Seções da classificação de atividades	Salário médio mensal (R\$) - Sem Nível Superior	Salário médio mensal (R\$) - Com Nível Superior
K Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2697	7664
O Administração pública, defesa e seguridade social	2567	5070
J Informação e comunicação	2431	7453
C Indústrias de transformação	2373	8420
M Atividades profissionais, científicas e técnicas	2097	6414
A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1734	6638
Q Saúde humana e serviços sociais	1715	4840
P Educação	1702	4183
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1610	5695
N Atividades administrativas e serviços complementares	1577	4169

Fonte: Autora adaptado de IBGE

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa corroborou ao verificar que nenhuma região no Brasil possui uma quantidade de empregados assalariados com nível superior que ultrapassasse a quantidade de pessoas sem nível superior. É plausível que esta constatação resulte em possibilitar a reflexão na baixa instrução educativa em nível terciário dos profissionais assalariados no país, denotando uma provável escassez na oferta de trabalho qualificada. Oriundo deste resultado abrir margens significativas para induzir a hipótese de que pessoas não graduadas podem estar mais empregadas, as pesquisas teóricas revelaram a baixa taxa de desemprego aos profissionais com educação terciária. Em vias práticas, supõe-se a situação de que o profissional sem diploma superior pode ser substituído pelo graduado no momento em que este estiver disponível no mercado de trabalho.

Por meio da análise dos dados da região Sudeste foi possível constatar que as áreas de Educação, Atividades Financeiras e, Informação e Comunicação foram as únicas que apresentaram quantidade de profissionais com nível superior acima da quantidade de pessoas sem graduação. Em contrapartida as atividades de Indústria, Comércio e Atividades Administrativas representaram a maior quantidade de empregados sem nível superior.

Coltre (2016) enfatiza que o aprendizado é um processo probabilístico, sem procedimentos ou resultados e mesmo diante da impossibilidade de afirmar categoricamente que o conhecimento adquirido pelo ensino superior afeta na qualidade da mão de obra do empregado, foi possível constatar a importância do ensino superior relacionado ao rendimento salarial mensal dos indivíduos na região Sudeste do país, o qual em todos os ramos de atividades, os profissionais com ensino

superior têm no mínimo o dobro de aumento salarial quando comparado aos profissionais sem graduação. Como ponto de atenção, esta região possui a maior discrepância entre pessoas com e sem nível terciário, sendo 75% dos empregados não graduados, representando 9,4 milhões de pessoas a mais que não possuem o ensino superior.

No viés educacional, os dados pesquisados mostraram o aumento das vagas disponibilizadas no país nas instituições públicas e privadas, porém com pouco preenchimento no viés privado, e uma maior aceitação no setor público. Deste modo, cogita-se uma possível necessidade no aumento da oferta de cursos públicos no país com o intuito de aumentar a quantidade de profissionais qualificados ao ensino terciário possibilitando melhores salários.

Segundo Silva (2011), uma reflexão relevante sobre as ações políticas deste meio mostra o Ministério da Educação (MEC) atuando com uma cobrança enérgica quanto ao crescimento das vagas, criação de cursos e modernização organizacional. O autor ainda ressalta que as universidades brasileiras, sendo públicas ou privadas utilizam o método de verificar a abertura de cursos voltadas para o cenário do mercado, porém este modelo não tem gerado seu devido retorno.

Deste modo, as análises dos dados revelaram o baixo número de profissionais graduados no Sudeste como motivador de impossibilitar maior rendimento salarial. Cabe uma reflexão sobre as estratégias utilizadas na oferta de cursos de graduação públicos e privados, bem como a divulgação da sua importância no âmbito social para combater este expressivo índice, aprimorar o salário mensal do colaborador, dispor de uma maior oferta de mão de obra qualificada contribuindo com os produtos e serviços disponibilizados nas empresas do país.

A análise dos resultados permitiu constatar que existe um aumento expressivo no salário para profissionais com graduação, porém em todas as regiões do Brasil a quantidade de pessoas sem ensino terciário representa mais do que o dobro quando relacionado à quantidade daqueles que o possuem. Ao considerar o cenário do empregado devidamente profissionalizado no ensino superior com no mínimo o dobro de aumento salarial ao estar empregado, podia-se idealizar uma possível falta de interesse de candidatos na procura pelo nível terciário em vias de justificativa para o ínfimo valor de 15% da população jovem sendo possuínte deste título.

Contudo, ao considerar as informações levantadas em diferentes fontes de pesquisa, foi possível verificar que um dos prováveis motivadores para o baixo número de indivíduos graduados é a insuficiência de ofertas do ensino superior no Brasil nas instituições públicas. A rede privada contém mais da metade de vagas disponibilizadas do que candidatos matriculados, ofertando 7.245.027 de vagas novas e apenas 2.325.654 são ocupadas. Contudo, a rede pública possui mais de 80% das vagas preenchidas, permitindo deste modo inferir que as possíveis justificativas para a baixa quantidade de empregados com ensino superior derivam da necessidade de ampliação das vagas ofertadas na rede pública do país, e em complemento, o baixo índice de estudantes em setores privados dá-se pela falta de possibilidade de custeio devido ao baixo poder aquisitivo da população nacional, conforme Canzian (2019) o qual mostra que 64% da renda familiar brasileira é menor do que R\$ 3 mil reais.

Os dados analisados demonstraram a plausível importância do ensino superior no Sudeste em vias de contribuir no aumento salarial e possivelmente na qualidade laboral ofertada pelos profissionais. Vale refletir para análises futuras: verificar se esta conclusão na região do Sudeste reflete nas demais regiões do país; mensurar através de pesquisas a campo voltadas para profissionais e empresas qual a provável qualidade do serviço prestado por um profissional com e sem ensino superior em vias de averiguar seu impacto na contribuição dentro da organização que atua.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, A. P. F. Ensino superior no Brasil: Expansão e mercantilização na Contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília, n. 32, p. 123-140, 2016.

BARBER, M.; DONNELLY, K. RIZVI, S. **Na avalanche is coming: higher education and the revolution ahead**. Londres: Institute for public policy research, 2013.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

CANZIAN, F. **Você acha que ganha pouco? olhe para baixo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernandocanzian/2019/02/voce-acha-que-ganha-pouco-olhe-para-baixo.shtml>. Acesso em: 14 Jun 2019.

CAVALCANTE, J. F. Educação superior: conceitos, definições e classificações. **INEP**. Brasília, 2000. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/486167. Acesso em: 04 jul 2019.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6ª Ed. São Paulo: Pearson prentice hall, 2007.

COLTRE, S. M. **Qualidade de ensino em instituições de ensino superior através do espiral do conhecimento. Ciência da Informação**. Curitiba: Appris, 2016.

FIGUEIREDO, H.; PORTELA, M; SÁ, C.; SILVA, J. C.; ALMEIRA, A.; LOURENÇO, D. **Benefícios do ensino superior**. Lisboa: Artes gráficas, 2017.

IBGE, **Estatística do Cadastro Central de Empresas - CEMPRESA**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=downloads>. Acesso em: 28 Mai 2019.

INEP. **Censo da educação superior: notas estatísticas 2017**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf. Acesso em: 02 jul 2019.

MCCOWAN, T. A desagregação do ensino superior. **Revista eletrônica de educação**, Reino Unido, v. 12, n. 2, p. 464-482, 2018.

OECD. **Education at a glance: OECD indicators**. Paris, 2017. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2017_eag-2017-en>. Acesso em: 02 jul 2019.

PIERI, R. **Retratos da educação no Brasil: para alunos dos cursos de graduação e pós graduação**. São Paulo: Insper, 2018. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/working-papers/retratos-da-educacao-no-brasil/>. Acesso em: 29 jun 2019.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós graduação**. 3ª Ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SILVA, Rinalva Cassiano. **Gestão do ensino superior: temas atuais**. 1ª Ed. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2011.

VIEIRA, D. A. **Transição do ensino superior para o trabalho: o poder da autoeficácia e dos objetivos profissionais**. Porto: Politema, 2012.